

**Guilherme de Souza Nucci**

# Manual de Direito Penal

**14.<sup>a</sup> edição**  
*revisita, atualizada  
e ampliada*



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Forense a partir da 10.ª edição.

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 01.12.2017

- CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE.  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876m

Nucci, Guilherme de Souza

Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 14. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui Bibliografia

ISBN 978-85-309-7752-8

1. Direito penal. I. Título.

17-45359

CDU: 343.1(81)

# Sumário

## PARTE GERAL

### Capítulo I

#### DIREITO PENAL, POLÍTICA CRIMINAL E CRIMINOLOGIA

1. Conceito de direito penal.....	3
2. Direito penal objetivo e direito penal subjetivo .....	4
3. Política criminal .....	4
4. Criminologia .....	6
5. Bem jurídico .....	7
Síntese .....	9

### Capítulo II

#### EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL E ESCOLAS PENAIS

1. Aspectos históricos relevantes do direito penal.....	11
2. Panorama histórico do direito penal no Brasil .....	19
Síntese .....	20

### Capítulo III

#### PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL

1. Conceito de princípio e importância.....	21
1.1 Princípios regentes .....	22

2. Princípios de direito penal.....	23
2.1 Constitucionais explícitos.....	23
2.1.1 Concernentes à atuação do Estado .....	23
2.1.1.1 Legalidade (ou reserva legal).....	23
2.1.1.2 Anterioridade .....	23
2.1.1.3 Retroatividade da lei penal benéfica.....	23
2.1.1.4 Humanidade .....	24
Ponto relevante para debate	
• A prisão no Brasil e a humanidade.....	24
2.1.2 Concernentes ao indivíduo.....	25
2.1.2.1 Personalidade ou da responsabilidade pessoal .....	25
Ponto relevante para debate	
• A pena de multa após a morte do condenado.....	25
2.1.2.2 Individualização da pena .....	26
2.2 Constitucionais implícitos.....	27
2.2.1 Concernentes à atuação do Estado .....	27
2.2.1.1 Intervenção mínima e princípios paralelos e corolários da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade.....	27
2.2.1.2 Taxatividade.....	29
2.2.1.3 Proporcionalidade.....	31
2.2.1.4 Vedação da dupla punição pelo mesmo fato.....	32
2.2.2 Concernente ao indivíduo .....	32
2.2.2.1 Culpabilidade.....	32
Ponto relevante para debate	
• A ofensividade (ou lesividade) como princípio de direito penal.....	33
Síntese .....	34

#### Capítulo IV

#### FONTES DO DIREITO PENAL E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS PENAIS

1. Fontes do direito penal .....	37
1.1 Iniciativa de leis em matéria penal .....	40
1.2 Costume e fonte do direito penal .....	40
1.3 Plebiscito e referendo como fontes do direito penal .....	40
2. Interpretação e integração no direito penal .....	41
Síntese .....	44

#### Capítulo V

#### LEGALIDADE E ANTERIORIDADE DA LEI PENAL

1. Conceito de legalidade .....	45
1.1 Origem histórica.....	46
1.2 Legalidade e garantismo penal.....	46
1.3 Legalidade material e legalidade formal .....	46

2. Conceito de anterioridade .....	47
3. Extensão da palavra <i>crime</i> .....	47
4. Aplicação do dispositivo para pena e medida de segurança .....	47
5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade.....	48
Ponto relevante para debate	
• A legalidade pede socorro?.....	51
Síntese .....	52

## Capítulo VI

### APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO

1. Conceito e alcance da lei penal no tempo .....	53
2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito) .....	54
2.1 Confronto com a edição de lei penal benéfica ( <i>novatio legis in mellius</i> ).....	55
2.2 Confronto com a edição de lei penal prejudicial ( <i>novatio legis in pejus</i> ) .....	55
3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i> e combinação de leis .....	56
Pontos Relevantes Para Debate	
• A impossibilidade de combinação de leis penais para beneficiar o réu.....	57
• A combinação de leis penais no contexto da delação premiada.....	58
4. Competência para aplicação da lei penal benéfica .....	59
5. Crime permanente e lei penal benéfica.....	60
6. Crime continuado e lei penal benéfica.....	60
7. Retroatividade da lei processual penal benéfica .....	61
8. Leis intermitentes.....	62
8.1 Extensão e eficácia.....	62
Ponto relevante para debate	
• A ultratividade das leis intermitentes (art. 3.º, CP) e a observação obrigatória da retroatividade de toda lei penal benéfica prevista no art. 5.º, XL, da Constituição Federal.....	63
8.2 Normas penais em branco, legalidade e intermitência.....	64
Síntese .....	68
Esquemas	
↳ Extratividade da lei penal .....	69
↳ Extratividade da lei penal .....	70
↳ Leis penais benéficas intermediárias .....	71

## Capítulo VII

### TEMPO E LUGAR DO CRIME

1. Teorias sobre o tempo do crime.....	73
2. Alcance da teoria da atividade .....	73
3. O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas.....	74
4. Teorias sobre o lugar do crime .....	74
5. Conflito aparente entre o art. 6.º do CP e o art. 70 do CPP.....	75
6. Lugar do crime nas infrações penais permanentes ou continuadas.....	75
Síntese .....	75

Capítulo VIII  
 APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Territorialidade e extraterritorialidade .....	77
2. Regras para a aplicação da lei penal no espaço .....	77
3. Conceito de território e seus elementos.....	78
3.1 Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos.....	78
3.2 Espaço aéreo.....	78
3.3 Mar territorial brasileiro .....	79
4. Território brasileiro por equiparação .....	79
4.1 Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves.....	80
4.2 A lei penal e a Convenção de Tóquio.....	80
5. Critérios para a extraterritorialidade .....	81
5.1 Crítica à extraterritorialidade incondicionada .....	81
5.2 Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada.....	82
5.3 Hipóteses de extraterritorialidade condicionada .....	83
5.4 Condições para a extraterritorialidade .....	84
6. Extradicação .....	84
6.1 Espécies de extradição e fonte legislativa .....	85
6.2 Requisitos para a concessão .....	85
7. Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e inconstitucionalidade do art. 8.º do Código Penal .....	89
8. Outras exceções à regra da territorialidade.....	89
8.1 Tratados, convenções e regras de direito internacional.....	90
8.2 Imunidades diplomáticas.....	91
8.2.1 Abrangência, extensão e exclusão da imunidade.....	91
8.2.2 Características das imunidades diplomáticas.....	92
8.3 Imunidades consulares .....	93
8.4 Imunidades parlamentares .....	94
8.4.1 Natureza jurídica da imunidade substantiva.....	94
8.4.2 Características da imunidade substantiva.....	95
8.4.3 Características da imunidade processual.....	97
8.5 Outras imunidades e foros privilegiados.....	98
8.5.1 Deputados estaduais .....	98
8.5.2 Vereadores.....	98
8.5.3 Advogados.....	99
8.5.4 Prefeitos .....	100
9. Direito penal internacional e direito internacional penal .....	100
Síntese .....	101
Esquema	
↳ Aplicação da lei penal no espaço .....	102

Capítulo IX  
EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

1.	Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional.....	103
2.	Hipóteses para a homologação.....	104
2.1	Reparação civil do dano causado à vítima .....	104
2.2	Aplicação de medida de segurança .....	104
2.3	Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro.....	104
3.	Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação.....	105
	Síntese .....	105

Capítulo X  
CONTAGEM DE PRAZO E FRAÇÕES DA PENA

1.	Prazos penais e processuais penais.....	107
2.	O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo.....	108
3.	Frações não computáveis da pena .....	108
	Síntese .....	108
	Esquema	
↳	Contagem de prazos penais e processuais.....	109

Capítulo XI  
CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1.	Conceito.....	111
2.	Critério da sucessividade .....	112
3.	Critério da especialidade.....	112
4.	Critério da subsidiariedade (tipo de reserva).....	114
5.	Critério da absorção (ou consunção) .....	115
6.	Critério da alternatividade.....	115
	Síntese .....	116
	Esquemas	
↳	Successividade .....	116
↳	Especialidade .....	117
↳	Subsidiariedade = um tipo contém outro(s) .....	118
↳	Consunção (ou absorção) = um fato típico contém outro(s).....	119

Capítulo XII  
CRIME

1.	Conceito de crime.....	121
1.1	Conceito material .....	121
1.2	Conceito formal .....	122
1.3	Conceito analítico.....	123

## Ponto relevante para debate

• A teoria da ação significativa é uma solução para superar as teorias causalista, finalista e funcionalista? .....	127
2. Diferença entre crime e contravenção penal .....	129
3. Sujeitos e objetos do crime .....	129
3.1 Sujeito ativo .....	129

## Ponto relevante para debate

• A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime .....	130
3.2 Sujeito passivo .....	132
3.3 Objeto do crime .....	133
4. Classificação dos crimes.....	133
4.1 Crimes comuns e próprios .....	133
4.2 Crimes instantâneos e permanentes .....	135
4.3 Crimes comissivos e omissivos.....	136
4.4 Crimes de atividade e de resultado .....	137
4.5 Crimes de dano e de perigo.....	137
4.6 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos.....	138
4.7 Crimes progressivos e crimes complexos.....	138
4.8 Progressão criminosa .....	139
4.9 Crime habitual .....	139
4.10 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes .....	141
4.11 Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	141
4.12 Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas) .....	141
4.13 Crimes remetidos .....	142
4.14 Crimes condicionados .....	142
4.15 Crimes de atentado (ou de empreendimento).....	142
Síntese .....	142

## Esquemas

☞ Conceito analítico de crime (quadro sintético) .....	143
☞ Diferenças entre os crimes instantâneos, permanentes, habituais e continuados ....	144
☞ Crime é fato .....	145
☞ Estrutura do crime.....	146

### Capítulo XIII

#### TIPICIDADE

1. Apresentação .....	147
2. Conceito de tipo penal e sua estrutura.....	148
2.1 Elementos do tipo penal incriminador.....	149
2.2 Classificação do tipo .....	150
3. Conceito de conduta penalmente relevante .....	154



## Ponto relevante para debate

• A conduta penalmente irrelevante decorrente da falta de consciência derivada de ações em curto-circuito e de gestos habituais .....	160
4. Conceito de resultado.....	161
5. Conceito de nexa causal.....	162
5.1 Teorias que cuidam do nexa de causalidade (equivalência dos antecedentes, causalidade adequada e imputação objetiva).....	163

## Ponto relevante para debate

• Crítica e defesa à teoria da equivalência dos antecedentes por meio de um exemplo ...	170
5.2 Causas independentes e relativamente independentes.....	171
5.2.1 Concausas e seus efeitos.....	172

## Esquemas

↳ Teoria da equivalência das condições (ou dos antecedentes) – (Art. 13, <i>caput</i> , CP) ...	173
↳ Teoria da causalidade adequada (ou das condições qualificadas).....	174
↳ Teoria da imputação objetiva .....	175
↳ Concausas: são as causas que se unem para gerar o resultado.....	176
↳ Causa superveniente, que corta o nexa causal (art. 13, § 1.º, CP).....	177
5.3 Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impróprios.....	178
5.3.1 Natureza jurídica da omissão própria .....	178
5.3.2 Significado da expressão penalmente relevante.....	179
5.3.3 Dever de agir.....	179
5.3.3.1 Dever de agir imposto por lei.....	179
5.3.3.2 Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado.....	180
5.3.3.3 Dever de agir por ter gerado o risco.....	180

## Pontos relevantes para debate

• Deixar o agressor morrer depois de se defender constitui crime? .....	180
• Pais e filhos maiores de 18 anos como garantidores da segurança recíproca .....	181
• A posição de garante como fruto de outros relacionamentos de afetividade .....	181
• Envenenamento e navalhada como causas da morte .....	182
6. Conceito de tipicidade e excludentes .....	182
6.1 Adequação social .....	183
6.2 Insignificância.....	184

## Ponto relevante para debate

• Bagatela imprópria.....	186
Síntese .....	187

## Capítulo XIV

## ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CRIME: DOLO E CULPA

1. Conceito de dolo.....	189
--------------------------	-----

2. Distinção entre dolo genérico e dolo específico .....	190
3. Características do dolo .....	190
4. Conceito de dolo direto .....	191
4.1 Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau .....	191
5. Conceito de dolo indireto ou eventual .....	192
Ponto relevante para debate	
• A presença do dolo eventual nos graves crimes de trânsito .....	193
6. Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual .....	193
7. Outras classificações do dolo .....	194
8. Conceito de culpa .....	195
9. Distinção entre culpa inconsciente e culpa consciente .....	196
10. Elementos da culpa .....	196
11. Situações peculiares no campo da culpa .....	197
12. Espécies de culpa .....	199
12.1 Distinção entre imperícia e erro profissional .....	199
13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual .....	200
Síntese .....	201
Esquemas	
↻ Dolo direto de 1º grau .....	201
↻ Dolo direto de 2º grau .....	201
↻ Dolo eventual .....	202
↻ Culpa consciente .....	202
↻ Culpa inconsciente .....	203

## Capítulo XV

### CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO

1. Conceito .....	205
2. Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso .....	205
3. Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador .....	207
4. Classificação dos crimes qualificados pelo resultado .....	207
Síntese .....	209

## Capítulo XVI

### ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)

1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade) .....	211
2. Excludentes de ilicitude .....	212
3. Classificação das excludentes de ilicitude .....	212
4. Elemento subjetivo nas excludentes .....	213
5. Conceito de estado de necessidade .....	215
5.1 Espécies de estado de necessidade .....	215
5.2 Requisitos do estado de necessidade .....	217
5.2.1 Existência de perigo atual .....	217
5.2.2 Involuntariedade na geração do perigo .....	218

Ponto relevante para debate	
• A valoração da vontade no contexto da produção do perigo .....	218
5.2.3 Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão .....	219
5.2.4 Proteção a direito próprio ou de terceiro .....	220
5.2.5 Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado .....	220
5.2.6 Dever legal de enfrentar o perigo.....	220
5.3 Causa de diminuição de pena .....	221
6. Conceito e fundamento da legítima defesa .....	221
6.1 Elementos da legítima defesa .....	222
6.1.1 Injustiça da agressão .....	222
6.1.2 Atualidade ou iminência da agressão .....	223
6.1.3 Agressão contra direito próprio ou de terceiros.....	225
Ponto relevante para debate	
• A legítima defesa da honra no contexto do flagrante adultério.....	226
6.1.4 Utilização dos meios necessários para a reação .....	228
6.1.5 Moderação da reação.....	230
6.1.6 Proporcionalidade na legítima defesa .....	231
6.1.6.1 Ofendículos.....	231
Ponto relevante para debate	
• A natureza jurídica dos ofendículos.....	232
6.2 Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa.....	235
6.2.1 Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude.....	235
6.2.2 Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	235
6.2.3 Legítima defesa contra agressão de inimputáveis .....	236
6.2.4 Legítima defesa sucessiva .....	236
6.2.5 Legítima defesa contra multidão.....	236
6.2.6 Legítima defesa contra provocação.....	237
6.2.7 Legítima defesa nas relações familiares.....	237
6.2.8 Legítima defesa por omissão .....	238
6.2.9 Legítima defesa praticada por inimputáveis.....	239
6.2.10 Legítima defesa da comunidade.....	239
6.2.11 Legítima defesa de animais .....	240
7. Conceito de estrito cumprimento do dever legal .....	240
7.1 Situações de cumprimento de dever legal .....	240
8. Conceito de exercício regular de direito .....	241
8.1 Situações de exercício regular de direito .....	242
8.2 Situações polêmicas no contexto do exercício regular de direito.....	243
8.2.1 O estupro da esposa praticado pelo marido .....	243
8.2.2 O trote acadêmico ou militar.....	244
8.2.3 Os castigos dos pais e dos professores.....	244
8.2.4 As lesões praticadas no esporte.....	245

9. Consentimento do ofendido.....	246
Ponto relevante para debate	
• O aspecto temporal do consentimento do ofendido: quando afeta a tipicidade e quando afasta a ilicitude.....	249
9.1 Requisitos da excludente do consentimento do ofendido.....	251
10. Os excessos no contexto das excludentes.....	252
10.1 Modalidades de excessos .....	253
Síntese .....	255
Esquema	
↳ Diferenças entre o estado de necessidade e a legítima defesa .....	256

## Capítulo XVII CULPABILIDADE

1. Conceito de culpabilidade .....	257
1.1 Culpabilidade formal e culpabilidade material.....	262
1.2 Conceito de coculpabilidade .....	263
2. Excludentes de culpabilidade .....	264
2.1 Excludentes concernentes ao agente do fato.....	264
2.1.1 Imputabilidade penal.....	264
2.1.2 Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	266
Ponto relevante para debate	
• A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu ( <i>in dubio pro reo</i> ).....	269
2.1.2.1 Conceito de perturbação da saúde mental .....	270
2.1.3 Embriaguez decorrente de vício.....	271
2.1.4 Menoridade.....	271
Ponto relevante para debate	
• O marco temporal do início da maioria penal aos 18 anos .....	273
2.2 Excludentes concernentes ao fato.....	273
2.2.1 Coação moral irresistível.....	273
Ponto relevante para debate	
• A viabilidade da coação moral irresistível com apenas duas partes envolvidas ...	275
2.2.2 Obediência hierárquica .....	275
2.2.3 Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior .....	276
2.2.3.1 Embriaguez voluntária ou culposa .....	277
2.2.3.2 A teoria da <i>actio libera in causa</i> .....	278
2.2.3.3 Caso fortuito ou força maior .....	280
2.2.3.4 Embriaguez incompleta fortuita .....	280
2.2.4 Erro de proibição escusável e discriminantes putativas .....	281
2.2.5 Inexigibilidade de conduta diversa .....	281
2.2.6 Estado de necessidade exculpante e excessos exculpante e acidental .....	282

3. Emoção e paixão .....	282
3.1 Emoção .....	282
3.2 Paixão .....	284
Síntese .....	284

### Capítulo XVIII

#### CRIME CONSUMADO E TENTATIVA

1. Crime consumado.....	287
2. Tentativa.....	287
2.1 Conceito de crime tentado .....	287
2.2 Natureza jurídica da tentativa.....	288
2.3 Teorias fundamentadoras da punição da tentativa .....	289
2.4 Dolo e culpa na tentativa .....	290
2.5 Conceito e divisão do <i>iter criminis</i> .....	290
Ponto relevante para debate	
• Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime.....	292
2.6 Tentativa e dolo eventual .....	294
2.7 Tentativa e crime de ímpeto .....	297
2.8 Crimes que não admitem a tentativa .....	298
2.9 Critério para a diminuição da pena na tentativa.....	301
2.10 Distinção entre tentativa perfeita e tentativa imperfeita .....	302
2.11 Diferença entre crime falho e tentativa falha.....	302
3. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	302
3.1 Conceito de desistência voluntária.....	302
3.1.1 Desistência momentânea .....	303
3.1.2 O problema da execução retomada .....	303
3.2 Conceito de arrependimento eficaz .....	304
3.3 Natureza jurídica .....	305
3.4 Distinção entre voluntariedade e espontaneidade .....	306
3.5 Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa.....	307
4. Arrependimento posterior.....	307
4.1 Conceito.....	307
4.2 Natureza jurídica .....	307
4.3 Requisitos para a aplicação.....	307
Ponto relevante para debate	
• A reparação do dano moral no contexto do arrependimento posterior .....	310
4.4 Critérios para a diminuição da pena .....	311
4.5 Análise crítica da Súmula 554 do STF .....	311
4.6 Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas .....	312
5. Crime impossível .....	312
5.1 Conceito e natureza jurídica .....	312

5.2	Fundamento da não punição do crime impossível .....	313
5.3	Diferença entre a tentativa inidônea, o erro de tipo e o crime putativo.....	313
5.4	Análise dos elementos do crime impossível.....	314
5.5	Flagrante provocado, flagrante esperado e crime impossível .....	315
Ponto relevante para debate		
•	O furto sob vigilância como crime impossível ou tentativa punível.....	316
Síntese .....		316
Esquemas		
↳	Tentativa e consumação .....	317
↳	Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	318
↳	Quadro comparativo .....	319

### Capítulo XIX

#### ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1.	Conceitos de erro e ignorância.....	321
2.	Conceito de erro de tipo .....	321
3.	Possibilidade de punição por crime culposos.....	322
4.	Erro escusável e erro inescusável .....	322
5.	Erro essencial e erro acidental.....	322
6.	Erro quanto à pessoa .....	323
7.	Erro determinado por terceiro.....	323
8.	Conceito de erro de proibição.....	323
9.	Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude .....	324
10.	Erro de proibição escusável e inescusável .....	324
11.	Diferença entre crime putativo e erro de proibição .....	325
12.	Conceito de discriminantes putativas .....	325
13.	Divisão das discriminantes putativas .....	325
14.	Natureza jurídica das discriminantes putativas .....	326
Síntese .....		328
Esquemas		
↳	Erro de tipo.....	329
↳	Erro de tipo x delito consumado sem erro (Art. 20).....	330
↳	Erro de proibição .....	331
↳	Erro de proibição x delito consumado sem erro (Art. 21) .....	332

### Capítulo XX

#### CONCURSO DE PESSOAS

1.	Conceito de concurso de pessoas .....	333
2.	Teorias do concurso de pessoas .....	333
3.	Distinção entre autoria e participação .....	334
3.1	Teoria normativa e teoria do domínio do fato.....	335
3.2	Executor de reserva .....	336

4. Critérios quanto à punição do partícipe .....	337
5. Concurso de agentes e crime plurissubjetivo .....	338
6. As modificações introduzidas pela Reforma Penal de 1984 .....	338
6.1 Punição do coautor ou partícipe “na medida da sua culpabilidade” .....	338
6.2 Participação de menor importância .....	339
6.3 Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta)....	340
7. Requisitos do concurso de agentes .....	340
8. Alguns aspectos da autoria mediata .....	341
9. Autoria colateral.....	341
Ponto relevante para debate	
• A coautoria e a participação em crime culposo.....	342
10. Conivência .....	342
11. Coautoria e participação em crimes omissivos próprios e impróprios .....	343
Ponto relevante para debate	
• A participação posterior à consumação do crime .....	344
12. Participação e cumplicidade.....	345
13. Incomunicabilidade de determinadas circunstâncias .....	346
Ponto relevante para debate	
• A comunicação aos coautores e partícipes das circunstâncias e condições de caráter objetivo .....	346
13.1 Exceção quanto à elementar do crime .....	347
Ponto relevante para debate	
• O concurso de pessoas no infanticídio .....	347
14. Casos de impunibilidade .....	349
Síntese .....	350

## Capítulo XXI

### TEORIA GERAL DA PENA

1. Conceito de pena .....	351
2. Teorias extremadas da punição.....	353
3. Garantismo penal.....	355
Pontos Relevantes Para Debate	
• Opção para o Brasil: abolicionismo penal, direito penal máximo ou garantismo penal .....	356
• A conveniência ou inconveniência de se adotar o denominado direito penal do inimigo .....	357
• Justiça Retributiva x Justiça Restaurativa.....	358
4. Cominação das penas .....	360
5. Princípios da pena .....	360
6. Espécies de penas .....	361
Síntese .....	361

## Capítulo XXII

## PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples.....	363
2. Regime progressivo de cumprimento da pena .....	364
3. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar .....	370
4. Progressão nos crimes hediondos e no delito de tortura .....	371
5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso .....	371
6. Imprescindibilidade do regime fechado .....	372
7. Utilização do art. 59 do Código Penal para fixação do regime de cumprimento da pena .....	373
8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime .....	373
9. Regime fechado .....	375
Pontos Relevantes Para Debate	
• A aplicação do regime fechado à pena de detenção .....	375
• A viabilidade da progressão <i>por salto</i> .....	375
9.1 Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo .....	378
9.2 Local de cumprimento da pena no regime fechado .....	379
9.3 Regime Disciplinar Diferenciado .....	379
Ponto relevante para debate	
• A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado.....	381
9.4 Trabalho externo do condenado.....	382
10. Regime semiaberto .....	382
10.1 Saídas temporárias e trabalho externo.....	383
10.2 Situação do índio .....	383
11. Regime aberto.....	383
11.1 Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso .....	384
11.2 Inviabilidade de fixação de penas restritivas de direitos como condição do regime aberto .....	384
12. Direitos do preso.....	385
12.1 Direito à visita íntima.....	385
12.2 Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio .....	385
12.3 Disposição constitucional de proteção ao preso.....	386
12.4 Direito do preso à execução provisória da pena.....	386
13. Trabalho do preso .....	388
13.1 Distinção entre trabalho forçado e trabalho obrigatório .....	388
13.2 Trabalho do preso e remição.....	388
13.2.1 Perda dos dias remidos e falta grave.....	389
13.2.2 Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório .....	389
13.2.3 Remição pelo estudo.....	390
Ponto relevante para debate	
• A remição pelo estudo e o aproveitamento escolar .....	390
14. Superveniência de doença mental .....	391



15. Detração .....	392
15.1 Cômputo da prisão provisória na medida de segurança .....	392
15.2 Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração .....	392
15.3 Detração e pena de multa .....	393
15.4 Detração e determinação do regime inicial da pena .....	393
15.5 Detração e suspensão condicional da pena.....	394
15.6 Detração e penas alternativas previstas ao usuário de drogas .....	394
Síntese .....	394

### Capítulo XXIII

#### PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Conceito de penas restritivas de direitos .....	397
2. Natureza jurídica .....	398
3. Espécies de penas restritivas de direitos .....	399
4. Requisitos para a concessão das penas restritivas de direitos .....	400
Pontos Relevantes Para Debate	
• A substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para os delitos hediondos e equiparados.....	401
• As penas alternativas no cenário da violência doméstica.....	402
5. Momentos para a conversão.....	404
6. Exigências para a conversão .....	404
7. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	405
8. Peculiaridades no cumprimento das penas restritivas de direitos .....	407
8.1 Prestação pecuniária .....	407
Ponto relevante para debate	
• A banalização da pena de prestação pecuniária e a doação de cestas básicas .....	409
8.2 Perda de bens ou valores.....	410
8.3 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas .....	411
8.4 Interdição temporária de direitos.....	412
8.5 Limitação de fim de semana .....	413
Síntese .....	413

### Capítulo XXIV

#### PENA PECUNIÁRIA

1. Conceito e destinação da multa .....	415
2. Critérios para a fixação da pena de multa .....	416
Ponto relevante para debate	
• O critério para a substituição da pena privativa de liberdade por multa .....	417
3. O valor do dia-multa em salário mínimo .....	418
4. Atualização monetária da multa .....	419
5. Pagamento da multa .....	420
6. Multa como dívida de valor .....	420

Pontos Relevantes Para Debate	
• A competência judiciária para a execução da pena pecuniária .....	420
• A extinção da punibilidade da pena de multa enviando-se certidão de dívida ativa para a esfera cível .....	421
7. Causas interruptivas e suspensivas da prescrição .....	422
Síntese .....	422

## Capítulo XXV APLICAÇÃO DA PENA

1. Conceito .....	423
Ponto relevante para debate	
• As razões de implementação da política da pena mínima pelo Poder Judiciário .....	423
2. Circunstâncias judiciais .....	424
3. Pena-base .....	425
3.1 Critérios para a fixação da pena-base .....	425
Esquemas	
↳ Circunstâncias judiciais (art. 59, CP) .....	429
↳ Exemplo de ponderação das circunstâncias judiciais .....	430
4. Elementos do art. 59 do Código Penal .....	431
4.1 Culpabilidade .....	431
Ponto relevante para debate	
↳ Culpabilidade do fato e culpabilidade do autor .....	432
Esquemas	
↳ Culpabilidade como elemento do crime e fundamento da pena, além de constituir parâmetro para o limite da pena .....	434
4.2 Antecedentes .....	436
Ponto relevante para debate	
• O significado e a extensão da expressão <i>maus antecedentes</i> .....	436
Ponto relevante para debate	
• A caducidade dos maus antecedentes .....	437
4.3 Conduta social .....	438
4.4 Personalidade .....	439
Ponto relevante para debate	
• A avaliação da personalidade do acusado pelo julgador .....	439
4.5 Motivos do crime .....	441
4.6 Circunstâncias do crime .....	441
4.7 Consequências do crime .....	441
Esquemas	
↳ Motivos do crime: podem ser <i>conscientes</i> ou <i>inconscientes</i> .....	442
↳ Motivo ≠ elemento subjuntivo do crime (dolo/culpa) .....	442
4.8 Comportamento da vítima .....	443
Esquema	
↳ Comportamento da vítima .....	444

5. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena .....	445
6. Substituição da pena privativa de liberdade .....	446
7. Agravantes e atenuantes .....	446
7.1 Agravantes .....	446
7.1.1 Motivo fútil .....	447
7.1.2 Motivo torpe .....	448
7.1.3 Motivação torpe específica .....	448
7.1.4 Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido .....	449
7.1.5 Veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que possa resultar perigo comum .....	449
7.1.6 Relações familiares .....	450
7.1.7 Abuso de autoridade, relações do lar e violência contra a mulher ....	450
7.1.8 Abuso de poder e violações de dever .....	451
7.1.9 Criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida .....	452
7.1.10 Ofendido sob proteção da autoridade .....	454
7.1.11 Situação de desgraça particular ou calamidade pública .....	454
7.1.12 Embriaguez preordenada .....	455
7.1.13 Agravantes em caso de crime cometido por mais de uma pessoa.....	455
7.1.13.1 Mentor ou dirigente da atividade criminosa .....	455
7.1.13.2 Coação ou indução ao crime .....	455
7.1.13.3 Instigação ou determinação para o delito .....	455
7.1.13.4 Criminoso mercenário .....	456
7.1.14 Reincidência.....	456
7.1.14.1 Conceito .....	456
Ponto relevante para debate	
• A reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mesmo fato ( <i>ne bis in idem</i> ).....	456
7.1.14.2 Espécies de reincidência .....	457
Ponto relevante para debate	
• A suficiência da pena de multa para caracterizar a reincidência criminal.....	457
7.1.14.3 Efeitos da reincidência .....	458
7.1.14.4 Caducidade da condenação anterior .....	459
7.1.14.5 Crimes militares próprios e impróprios .....	459
7.1.14.6 Crime político.....	460
7.2 Atenuantes .....	461
7.2.1 Menoridade relativa.....	461
7.2.2 Senilidade .....	462
7.2.3 Desconhecimento da lei .....	463
7.2.4 Relevante valor social ou moral .....	464
7.2.5 Arrependimento.....	464
7.2.6 Coação resistível.....	464
7.2.7 Cumprimento de ordem superior.....	465

7.2.8	Violenta emoção .....	465
7.2.9	Confissão espontânea .....	465
7.2.10	Influência de multidão, em meio a tumulto .....	466
7.2.11	Atenuante inominada .....	467
7.3	Concurso de agravantes e atenuantes .....	467
7.3.1	Agravantes e atenuantes específicas.....	467
Esquema		
↳	Confronto entre agravantes e atenuantes (art. 67, CP) .....	468
8.	Cálculo da pena.....	469
8.1	Sistemas para a fixação da pena .....	469
8.2	Existência de duas ou mais qualificadoras .....	471
8.3	Compensação entre circunstâncias judiciais e legais .....	472
8.4	Concurso entre causas de aumento e de diminuição .....	472
8.5	Critério para aplicação dos aumentos e das diminuições .....	472
Síntese .....		473
Esquemas		
↳	Fixação da pena.....	474
↳	Circunstâncias do crime .....	475

## Capítulo XXVI CONCURSO DE CRIMES

1.	Conceito e critério de análise .....	477
2.	Sistemas do concurso de crimes .....	477
2.1	Sistema da acumulação material .....	477
2.2	Sistema da exasperação da pena .....	478
2.3	Sistema da absorção .....	478
2.4	Sistema da acumulação jurídica .....	478
3.	Concurso material .....	479
3.1	Conceito.....	479
3.2	Critérios para a aplicação da pena .....	479
3.3	Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos.....	480
4.	Concurso formal .....	480
4.1	Conceito.....	480
4.2	Concurso formal perfeito e imperfeito .....	480
Ponto relevante para debate		
•	A amplitude conceitual da expressão <i>desígnios autônomos</i> .....	481
4.3	Concurso material favorável ou benéfico .....	482
4.4	Concorrência de concursos .....	482
5.	Crime continuado.....	483
5.1	Conceito.....	483
5.2	Natureza jurídica .....	484
5.3	Teorias do crime continuado .....	484
5.4	Crimes da mesma espécie .....	486

5.5	Condições de tempo.....	486
5.6	Condições de espaço.....	487
5.7	Formas de execução.....	487
5.8	Outras circunstâncias semelhantes.....	488
Ponto relevante para debate		
•	O benefício do crime continuado para a delinquência habitual ou profissional...	488
5.9	Crítério de dosagem do aumento.....	488
5.10	Crime continuado e imputabilidade.....	489
5.11	Crimes praticados contra vítimas diferentes e bens personalíssimos.....	489
5.12	Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas.....	489
5.13	Espécies de crime continuado.....	490
5.14	Diferença entre crime continuado e delito habitual.....	490
Ponto relevante para debate		
•	A obrigatoriedade, ou não, da soma das multas no concurso de crimes.....	490
6.	Concurso de infrações e execução da pena.....	491
Síntese.....		491
Esquemas		
↯	Concurso material.....	492
↯	Concurso formal próprio.....	493
↯	Concurso formal impróprio.....	493
↯	crime continuado.....	494
↯	crime continuado qualificado.....	495

## Capítulo XXVII

### ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO

1.	Conceito de erro na execução ( <i>aberratio ictus</i> ).....	497
2.	Modalidades de erro na execução.....	497
3.	Responsabilidade penal objetiva na <i>aberratio ictus</i> .....	499
4.	Conceito de resultado diverso do pretendido ( <i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i> ).....	499
Síntese.....		500

## Capítulo XXVIII

### LIMITE DE PENAS E UNIFICAÇÃO

1.	Fundamento para o limite das penas, visão crítica e soluções para a conversão da pena em medida de segurança durante o cumprimento.....	501
2.	Unificação das penas em 30 anos.....	505
3.	Modo de unificação.....	505
Síntese.....		506

## Capítulo XXIX

### SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1.	Conceito e aspectos históricos.....	507
2.	Natureza jurídica.....	508

3. Requisitos para a sua concessão.....	508
4. Espécies de <i>sursis</i> .....	509
Ponto relevante para debate	
• A concessão do <i>sursis</i> como faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu.....	509
5. Pontos controversos.....	510
5.1 <i>Sursis</i> e indulto .....	510
5.2 Existência de processos em andamento .....	510
5.3 Réu ausente.....	511
5.4 Estrangeiros de passagem pelo Brasil .....	511
5.5 Compatibilidade com a fixação do regime penitenciário .....	512
5.6 <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i> .....	513
Ponto relevante para debate	
• A possibilidade do cabimento do <i>sursis</i> para crime hediondo .....	513
6. Período de prova e escolha das condições .....	514
7. Causas de revogação .....	516
7.1 Revogação obrigatória.....	516
7.2 Revogação facultativa.....	516
8. Prorrogação do período de prova.....	517
9. Finalização do <i>sursis</i> .....	518
Síntese .....	518

### Capítulo XXX

#### LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito de livramento condicional e aspectos históricos .....	521
2. Natureza jurídica .....	522
3. Requisitos para a sua concessão.....	522
3.1 Objetivos.....	522
3.2 Subjetivos.....	523
Ponto relevante para debate	
• A suficiência do atestado de boa conduta carcerária ou da manutenção da obrigatoriedade do exame criminológico e do parecer da Comissão Técnica de Classificação e do Conselho Penitenciário para conceder o livramento condicional, após o advento da Lei 10.792/2003.....	525
4. Duração do livramento .....	526
5. Pontos polêmicos.....	526
5.1 Livramento condicional e <i>habeas corpus</i> .....	526
5.2 Livramento condicional cautelar .....	526
5.3 Livramento condicional para estrangeiro.....	526
6. Parecer do Conselho Penitenciário .....	527
7. Soma das penas para efeito de livramento .....	527
8. Condições do livramento condicional .....	528
8.1 Obrigatórias.....	528
8.2 Facultativas .....	528

9. Revogação do livramento.....	528
9.1 Causas obrigatórias.....	528
9.2 Causas facultativas.....	528
9.3 Prévia oportunidade de defesa.....	529
9.4 Livramento insubsistente.....	529
10. Efeitos da revogação .....	529
11. Extinção da pena e prorrogação automática .....	530
Síntese .....	530

### Capítulo XXXI

#### EFEITOS DA CONDENAÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação .....	531
2. Efeitos secundários penais e extrapenais da sentença penal condenatória .....	532
3. Efeitos genéricos.....	533
3.1 Tornar certa a obrigação de reparar o dano .....	533
3.2 Perda em favor do Estado de bens e valores de origem ilícita .....	534
4. Efeitos específicos .....	535
4.1 Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo .....	535
4.2 Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela ...	537
4.3 Inabilitação para dirigir veículo.....	538
Síntese .....	538

### Capítulo XXXII

#### REABILITAÇÃO

1. Conceito .....	539
2. Competência para a concessão de reabilitação .....	541
3. Prazo e procedimento.....	541
4. Indeferimento da reabilitação e recursos .....	542
5. Reabilitação e reincidência .....	542
6. Reabilitação <i>em porções</i> .....	542
Síntese .....	542

### Capítulo XXXIII

#### MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Conceito .....	543
2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança.....	543
3. Espécies de medidas de segurança.....	544
4. Extinção de punibilidade .....	545
5. Pressupostos para aplicação da medida de segurança .....	545
6. Sentença de absolvição imprópria .....	546
7. Critério de escolha entre internação e tratamento ambulatorial .....	546
8. Duração da medida de segurança.....	547

9. Culpabilidade e periculosidade .....	548
10. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução .....	548
Ponto relevante para debate	
• O limite temporal do cumprimento da medida de segurança advinda da conversão de pena .....	549
11. Possibilidade de reconversão da medida de segurança em pena .....	550
12. Detração e medida de segurança .....	550
13. Exame de cessação da periculosidade .....	551
14. Condições para a desinternação ou liberação .....	551
15. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável.....	553
16. Incompatibilidade da medida de segurança com o presídio comum .....	553
Ponto relevante para debate	
• Concorrência da medida de segurança com a Lei 10.216/2001 .....	553
Síntese .....	554

#### Capítulo XXXIV

#### AÇÃO PENAL

1. Conceito de ação penal .....	555
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada .....	556
3. Critério de iniciativa da ação penal .....	556
4. Espécies de ação penal, quanto ao polo ativo.....	557
5. Ação penal no crime complexo .....	559
Síntese .....	560

#### Capítulo XXXV

#### EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de extinção da punibilidade .....	561
2. Causas gerais e específicas .....	562
3. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade .....	563
4. Momentos de ocorrência .....	564
5. Morte do agente .....	564
Ponto relevante para debate	
• As possibilidades jurídicas em face do descobrimento da falsidade da certidão de óbito após a extinção da punibilidade do agente.....	565
6. Anistia .....	566
7. Graça ou indulto individual .....	566
8. Indulto coletivo .....	568
Pontos Relevantes Para Debate	
• Indulto da pena de multa e limite mínimo para a inscrição de débito na dívida ativa.....	569
• Indulto humanitário .....	569
9. <i>Abolitio criminis</i> .....	570
10. Decadência.....	570



11. Perempção.....	571
12. Renúncia e perdão .....	572
13. Retratação .....	573
14. Perdão judicial.....	574
Ponto relevante para debate	
• A natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial.....	574
15. Prescrição.....	575
15.1 Conceito e teorias justificadoras.....	575
15.2 Prazos para o cálculo da prescrição .....	576
Ponto relevante para debate	
• A prescrição da medida de segurança.....	577
15.3 Prescrição como matéria de ordem pública .....	578
Ponto relevante para debate	
• A influência da detração no cálculo prescricional .....	579
15.4 Modalidades de prescrição.....	579
Ponto relevante para debate	
• A interferência da prescrição antecipada ou virtual no direito de punir do Estado .....	580
15.5 Termos iniciais da prescrição.....	583
15.6 Causas suspensivas ou impeditivas da prescrição.....	586
Ponto relevante para debate	
• O limite temporal da suspensão da prescrição em face da suspensão do processo pela citação ficta do art. 366 do CPP.....	587
15.7 Causas interruptivas da prescrição.....	588
Ponto relevante para debate	
• A interrupção da prescrição pela prática de novo crime: contagem do dia dos fatos ou da data do trânsito em julgado .....	590
15.7.1 Comunicabilidade das causas interruptivas .....	591
16. A prescrição no contexto do concurso de crimes.....	591
17. Prescrição em leis especiais .....	593
18. Prescrição e perdão judicial.....	594
Síntese .....	594
Esquemas	
↳ Formas de clemência do Estado.....	596
↳ Tabela de prazos prescicionais.....	597
↳ Lapsos prescicionais e causas interruptivas da prescrição .....	598
↳ Lapsos prescicionais da prescrição retroativa, levando-se em conta a pena em concreto (Art. 110, § 1.º).....	599
↳ Lapsos prescicionais da prescrição intercorrente, levando-se em conta a pena em concreto (Art. 110, § 1.º) .....	599
↳ Lapso da suspensão da prescrição (Art. 116).....	600

## PARTE ESPECIAL

### INTRODUÇÃO À PARTE ESPECIAL

#### Título I

#### DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

#### Capítulo I

#### DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio – Art. 121 .....	607
Ponto relevante para debate	
• Como analisar a condição de sexo feminino no feminicídio .....	612
Pontos Relevantes Para Debate	
• A existência de homicídio simples hediondo.....	617
• A (in)aplicabilidade da causa de aumento de crime cometido por milícia privada ou grupo de extermínio .....	617
• A existência de homicídio qualificado-privilegiado .....	618
• A não aceitação do homicídio qualificado-privilegiado como hediondo.....	618
• A questão do ciúme como elemento motivador do homicídio .....	619
• O homicídio sem motivo .....	619
• A equiparação do vidro moído a veneno para matar a vítima.....	620
• A polêmica questão da eutanásia.....	620
Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio – Art. 122 .....	622
Pontos Relevantes Para Debate	
• O auxílio por omissão .....	624
• A solução da situação denominada pacto de morte.....	624
• Inconstitucionalidade parcial da instigação ao suicídio .....	625
Infanticídio – Art. 123 .....	626
Ponto relevante para debate	
• O concurso de pessoas no infanticídio .....	628
Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento – Art. 124 .....	628
Aborto provocado por terceiro sem consentimento – Art. 125.....	630
Aborto provocado por terceiro com consentimento – Art. 126 .....	632
Formas qualificadas de aborto – Art. 127 .....	633
Excludentes de ilicitude – Art. 128 .....	634
Pontos Relevantes Para Debate	
• A autorização do aborto se o estupro decorrer de violência presumida .....	637
• A autorização do aborto se o feto for portador de anencefalia.....	637
• A autorização do aborto eugênico.....	638

## Capítulo II DAS LESÕES CORPORAIS

Lesão corporal – Art. 129.....	641
Ponto relevante para debate	
• A cirurgia de mudança de sexo como lesão corporal .....	652

## Capítulo III DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Perigo de contágio venéreo – Art. 130.....	655
Perigo de contágio de moléstia grave – Art. 131 .....	657
Ponto relevante para debate	
• Transmissão do vírus da AIDS.....	658
Perigo para a vida ou saúde de outrem – Art. 132.....	659
Abandono de incapaz – Art. 133.....	660
Exposição ou abandono de recém-nascido – Art. 134.....	662
Omissão de socorro – Art. 135.....	664
Ponto relevante para debate	
• As providências a serem tomadas quando a vítima recusa o auxílio.....	666
Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial – Art. 135-A.....	666
Maus-tratos – Art. 136.....	668
Pontos Relevantes Para Debate	
• A palmada configura maus-tratos? .....	670
• A pobreza justifica os maus-tratos?.....	670

## Capítulo IV DA RIXA

Rixa – Art. 137.....	673
----------------------	-----

## Capítulo V DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Calúnia – Art. 138 .....	675
Difamação – Art. 139.....	678
Injúria – Art. 140.....	680
Disposições comuns – Arts. 141 a 145 .....	683

## Capítulo VI DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

### Seção I

Constrangimento ilegal – Art. 146.....	689
Ameaça – Art. 147.....	692
Sequestro e cárcere privado – Art. 148.....	693

Redução a condição análoga à de escravo – Art. 149 .....	695
Tráfico de pessoas – Art. 149-A .....	697

## Seção II

Violação de domicílio – Art. 150.....	702
---------------------------------------	-----

## Seção III

Violação de correspondência – Art. 151 .....	705
Ponto relevante para debate	
• A violação da correspondência entre cônjuges.....	708
Violação de correspondência comercial – Art. 152 .....	708

## Seção IV

Divulgação de segredo – Art. 153 .....	710
Violação do segredo profissional – Art. 154.....	712
Violação de dispositivo informático – Art. 154-A.....	713

## Título II

## DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

## Capítulo I

## DO FURTO

Furto – Art. 155 .....	719
Pontos Relevantes Para Debate	
• A questão da casa habitada no furto noturno.....	730
• O furto de coisas de estimação.....	730
• O furto de cadáver .....	730
• O furto de coisas de ínfimo valor .....	730
• O furto de imagem.....	731
• O furto de talão de cheques e de cartão de crédito.....	731
• O furto de uso como crime.....	732
• A trombada como furto ou roubo .....	732
• A aplicação do privilégio (§ 2.º) à figura qualificada (§ 4.º) .....	733
• Furto sob vigilância eletrônica .....	733
Furto de coisa comum – Art. 156.....	733

## Capítulo II

## DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo – Art. 157 .....	737
Pontos Relevantes Para Debate	
• O roubo de uso.....	744
• A análise do roubo em confronto com o estado de necessidade.....	745
• A existência da tentativa no roubo impróprio .....	745
• O critério para a elevação da pena quando houver a incidência de mais de uma causa de aumento.....	746
Extorsão – Art. 158 .....	747

Ponto relevante para debate	
• A proporcionalidade das penas do sequestro relâmpago .....	752
Extorsão mediante sequestro – Art. 159 .....	753
Ponto relevante para debate	
• A necessidade de a vantagem exigida como condição ou preço do resgate ser econômica .....	757
Extorsão indireta – Art. 160.....	758

### Capítulo III DA USURPAÇÃO

Alteração de limites – Art. 161, <i>caput</i> .....	761
Usurpação de águas – Art. 161, § 1.º, I.....	762
Esbulho possessório – Art. 161, § 1.º, II.....	764
Supressão ou alteração de marca em animais – Art. 162 .....	765

### Capítulo IV DO DANO

Dano – Art. 163 .....	767
Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia – Art. 164 .....	769
Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico – Art. 165.....	770
Alteração de local especialmente protegido – Art. 166.....	772
Ação penal – Art. 167 .....	773

### Capítulo V DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Apropriação indébita – Art. 168.....	775
Apropriação indébita previdenciária – Art. 168-A.....	777
Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza – Art. 169.....	779
Causa de diminuição de pena – Art. 170 .....	780

### Capítulo VI DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato – Art. 171 .....	781
Pontos Relevantes Para Debate	
• A questão do trabalho espiritual (cartomancia, passes espirituais, bruxaria, macumba etc.).....	784
• O afastamento do crime pela esperteza nas atividades comerciais e a torpeza bilateral.....	784
• O concurso de crimes entre o estelionato e a falsidade .....	784
• O estelionato como delito permanente .....	784
• A questão do pagamento de cheque sem provisão de fundos para impedir o ajuizamento de ação penal .....	784
• A configuração do estelionato pelo cheque pré-datado ou dado como garantia .....	785
• O cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo .....	785
• O cheque sem fundos emitido para pagar serviço de prostituição .....	785

• O cheque sem fundos, emitido em substituição de outro título de crédito, como causa suficiente para gerar o crime.....	786
Duplicata simulada – Art. 172.....	786
Abuso de incapazes – Art. 173.....	788
Induzimento à especulação – Art. 174.....	789
Fraude no comércio – Art. 175.....	790
Outras fraudes – Art. 176.....	792
Ponto relevante para debate	
• A questão da “pendura” para configurar o delito previsto no art. 176.....	794
Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações – Art. 177.....	794
Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> – Art. 178.....	797
Fraude à execução – Art. 179.....	798

## Capítulo VII DA RECEPÇÃO

Recepção – Art. 180.....	801
Recepção de animal – Art. 180-A.....	804

## Capítulo VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais – Arts. 181 a 183.....	807
Pontos Relevantes Para Debate	
• O erro quanto à propriedade do objeto material para afastar a punição.....	809
• A aplicação da imunidade a cônjuges separados e no contexto da união estável.....	810

## Título III DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

### Capítulo I DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Violação de direito autoral – Art. 184.....	813
Ponto relevante para debate	
• Uma peculiar forma de corrupção.....	816
Usurpação de nome ou de pseudônimo alheio – Art. 185.....	817
Ação penal – Art. 186.....	818

### Capítulo II DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

Violação de privilégio de invenção – Art. 187.....	819
Falsa atribuição de privilégio – Art. 188.....	819
Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado – Art. 189....	820

Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho – Art. 190 .....	820
Ação penal – Art. 191 .....	820

### Capítulo III

#### DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Violação do direito de marca – Art. 192 .....	821
Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos – Art. 193.....	821
Marca com falsa indicação de procedência – Art. 194.....	822
Ação penal – Art. 195 .....	822

### Capítulo IV

#### DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

Concorrência desleal – Art. 196 .....	823
---------------------------------------	-----

### Título IV

#### DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Atentado contra a liberdade de trabalho – Art. 197 .....	825
Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta – Art. 198 ....	827
Atentado contra a liberdade de associação – Art. 199.....	828
Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem – Art. 200....	829
Paralisação de trabalho de interesse coletivo – Art. 201 .....	831
Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem – Art. 202....	832
Frustração de direito assegurado por lei trabalhista – Art. 203 .....	833
Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho – Art. 204 .....	835
Exercício de atividade com infração de decisão administrativa – Art. 205.....	836
Aliciamento para o fim de emigração – Art. 206.....	837
Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional – Art. 207 ...	838

### Título V

#### DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

### Capítulo I

#### DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo – Art. 208 .....	843
---	-----

### Capítulo II

#### DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária – Art. 209 .....	847
Violação de sepultura – Art. 210 .....	849
Destruição, subtração ou ocultação de cadáver – Art. 211.....	850
Vilipêndio a cadáver – Art. 212 .....	851

Título VI  
DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Capítulo I  
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Estupro – Art. 213 .....	855
Pontos relevantes para debate	
• A questão do afastamento da configuração do estupro se a ameaça for justa .....	859
• A análise do grau de resistência da vítima.....	860
• O estupro como crime único de condutas alternativas.....	860
• A perspectiva de aplicação do crime continuado, do concurso material, do concurso formal ou do crime único .....	863
• A aplicação retroativa da nova figura do estupro .....	863
• A necessidade de criação de um tipo penal intermediário .....	864
• O estupro cometido por vingança ou como instrumento de humilhação .....	865
Esquema	
↳ Esquema comparativo .....	866
Atentado violento ao pudor – Art. 214.....	867
Violação sexual mediante fraude – Art. 215 .....	867
Atentado ao pudor mediante fraude – Art. 216.....	869
Assédio sexual – Art. 216-A.....	869
Pontos relevantes para debate	
• A configuração do crime de assédio sexual entre professor(a) e aluno(a).....	872
• A configuração do crime de assédio sexual entre ministro religioso e fiel .....	872
• A paixão do agente pela vítima .....	873

Capítulo II  
DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL

Sedução – Art. 217 .....	875
Estupro de vulnerável – Art. 217-A .....	875
Ponto relevante para debate	
• Vulnerabilidade absoluta e vulnerabilidade relativa .....	879
Mediação de vulnerável para servir à lascívia de outrem (rubrica inserida pelo autor) – Art. 218 .....	881
Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente – Art. 218-A.....	882
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável – Art. 218-B.....	884

Capítulo III  
DO RAPTO

Rapto violento ou mediante fraude – Art. 219.....	889
Rapto consensual – Art. 220 .....	889



Diminuição de pena – Art. 221 .....	890
Concurso de rapto e outro crime – Art. 222.....	890

#### Capítulo IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Formas qualificadas – Art. 223.....	891
Presunção de violência – Art. 224.....	891
Ação penal – Art. 225 .....	891
Ponto relevante para debate	
• Espécie de ação quando houver resultado lesão grave ou morte.....	893
Aumento de pena – Art. 226.....	894

#### Capítulo V DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Mediação para servir a lascívia de outrem – Art. 227 .....	895
Ponto relevante para debate	
• A inconstitucionalidade da indução à lascívia.....	897
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual – Art. 228.....	898
Ponto relevante para debate	
• Sites de prostituição .....	901
Favorecimento da exploração sexual (rubrica inserida pelo autor) – Art. 229.....	901
Pontos relevantes para debate	
• A questão da análise das casas de massagem, <i>relax for men</i> , boates para encontros, motéis, <i>drive in</i> , saunas mistas, hotéis de alta rotatividade .....	905
• A inviabilidade da prisão em flagrante .....	905
Rufianismo – Art. 230.....	907
Ponto relevante para debate	
• A medida da intervenção mínima no crime de rufianismo.....	909
Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231 .....	909
Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231-A.....	910
Promoção de migração ilegal – Art. 232-A .....	910

#### Capítulo VI DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

Ato obsceno – Art. 233 .....	913
Ponto relevante para debate	
• A publicidade como elemento fundamental para a configuração da figura típica...	915
Escrito ou objeto obsceno – Art. 234.....	915
Ponto relevante para debate	
• A inconstitucionalidade do art. 234 do Código Penal .....	917

Capítulo VII  
DISPOSIÇÕES GERAIS

Aumento de pena – Art. 234-A .....	919
Ponto relevante para debate	
• Mulher estupra homem e engravida: aplicabilidade da causa de aumento.....	920
Sigilo processual (rubrica inserida pelo autor) – Art. 234-B.....	921
Art. 234-C.....	921

Título VII  
DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

Capítulo I  
DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Bigamia – Art. 235.....	925
Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento – Art. 236.....	927
Conhecimento prévio de impedimento – Art. 237.....	929
Simulação de autoridade para celebração de casamento – Art. 238.....	930
Simulação de casamento – Art. 239.....	931
Adulterio – Art. 240.....	932

Capítulo II  
DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

Registro de nascimento inexistente – Art. 241 .....	933
Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido – Art. 242 .....	934
Sonegação de estado de filiação – Art. 243.....	936

Capítulo III  
DOS CRIMES CONTRA  
A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

Abandono material – Art. 244.....	939
Entrega de filho menor a pessoa inidônea – Art. 245 .....	941
Abandono intelectual – Art. 246.....	942
Abandono moral – Art. 247.....	944

Capítulo IV  
DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA

Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes – Art. 248.....	947
Ponto relevante para debate	
• A necessidade de ser efetivada a fuga.....	949
Subtração de incapazes – Art. 249 .....	949

Título VIII  
DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I  
DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Incêndio – Art. 250 .....	953
Explosão – Art. 251 .....	956
Uso de gás tóxico ou asfixiante – Art. 252 .....	958
Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante – Art. 253 .....	959
Inundação – Art. 254 .....	960
Perigo de inundação – Art. 255 .....	961
Desabamento ou desmoronamento – Art. 256 .....	963
Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento – Art. 257 .....	964
Formas qualificadas de crime de perigo comum – Art. 258 .....	966
Difusão de doença ou praga – Art. 259 .....	966

Capítulo II  
DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE  
COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Perigo de desastre ferroviário – Art. 260 .....	969
Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo – Art. 261 .....	971
Atentado contra a segurança de outro meio de transporte – Art. 262 .....	973
Forma qualificada – Art. 263 .....	974
Arremesso de projétil – Art. 264 .....	975
Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública – Art. 265 .....	976
Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública – Art. 266 .....	978

Capítulo III  
DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Epidemia – Art. 267 .....	981
Infração de medida sanitária preventiva – Art. 268 .....	982
Omissão de notificação de doença – Art. 269 .....	984
Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal – Art. 270 .....	985
Corrupção ou poluição de água potável – Art. 271 .....	986
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios – Art. 272 .....	988
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais – Art. 273 .....	989
Ponto relevante para debate	
• A inconstitucionalidade da pena cominada às figuras incriminadoras do art. 273 do Código Penal .....	992

Emprego de processo proibido ou de substância não permitida – Art. 274.....	993
Involúcro ou recipiente com falsa indicação – Art. 275.....	994
Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores – Art. 276.....	996
Substância destinada à falsificação – Art. 277.....	997
Outras substâncias nocivas à saúde pública – Art. 278.....	998
Substância avariada – Art. 279.....	999
Medicamento em desacordo com receita médica – Art. 280.....	1000
Comércio clandestino ou facilitação de uso de entorpecentes – Art. 281.....	1001
Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica – Art. 282.....	1001
Charlatanismo – Art. 283.....	1002
Curandeirismo – Art. 284.....	1004
Forma qualificada – Art. 285.....	1005

### Título IX

#### DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Incitação ao crime – Art. 286.....	1007
Apologia de crime ou criminoso – Art. 287.....	1009
Ponto relevante para debate	
• Marchas, protestos, passeatas e outras manifestações.....	1010
Associação criminosa – Art. 288.....	1010
Pontos relevantes para debate	
• A tipificação do delito de associação criminosa na hipótese de crime continuado.....	1014
• A possibilidade de concurso de pessoas.....	1015
• O concurso do crime de associação criminosa com outro delito qualificado pela mesma circunstância.....	1015
Constituição de milícia privada – Art. 288-A.....	1015

### Título X

#### DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

##### Capítulo I

##### DA MOEDA FALSA

Moeda falsa – Art. 289.....	1021
Crimes assimilados ao de moeda falsa – Art. 290.....	1023
Petrechos para falsificação de moeda – Art. 291.....	1025
Emissão de título ao portador sem permissão legal – Art. 292.....	1027

##### Capítulo II

##### DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Falsificação de papéis públicos – Art. 293.....	1031
Petrechos de falsificação – Art. 294.....	1034
Causa de aumento de pena – Art. 295.....	1036

### Capítulo III DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Falsificação de selo ou sinal público – Art. 296.....	1037
Falsificação de documento público – Art. 297.....	1040
Falsificação de documento particular – Art. 298.....	1043
Falsidade ideológica – Art. 299.....	1046
<b>Pontos relevantes para debate</b>	
• As diferenças entre falsidade material e ideológica.....	1049
• A possibilidade de haver falsidade em folha de papel em branco.....	1049
Falso reconhecimento de firma ou letra – Art. 300.....	1050
Certidão ou atestado ideologicamente falso – Art. 301.....	1052
<b>Ponto relevante para debate</b>	
• A configuração do crime de falsificação destinando-se à obtenção de cargo público ou outra vantagem por parte do próprio agente.....	1054
Falsidade de atestado médico – Art. 302.....	1054
Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica – Art. 303.....	1056
Uso de documento falso – Art. 304.....	1058
<b>Pontos relevantes para debate</b>	
• A indispensabilidade, para a configuração do crime, da apresentação espontânea do documento.....	1060
• O concurso de delitos no caso do autor da falsificação que fizer uso do documento.....	1060
Supressão de documento – Art. 305.....	1060

### Capítulo IV DE OUTRAS FALSIDADES

Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins – Art. 306.....	1063
Falsa identidade – Art. 307.....	1065
<b>Ponto relevante para debate</b>	
• O afastamento da configuração do crime em caso de intenção defensiva.....	1068
Falsa identidade – Art. 308.....	1068
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 309.....	1070
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 310.....	1072
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor – Art. 311.....	1073

### Capítulo V DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO

Fraudes em certames de interesse público – Art. 311-A.....	1077
<b>Ponto relevante para debate</b>	
• Cola eletrônica e tipificação penal.....	1080

Título XI  
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I  
DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A  
ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato – Art. 312.....	1083
Ponto relevante para debate	
• O peculato de uso e o crime previsto no art. 312 .....	1086
Peculato mediante erro de outrem – Art. 313 .....	1087
Inserção de dados falsos em sistema de informações – Art. 313-A.....	1089
Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações – Art. 313-B ....	1091
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento – Art. 314 .....	1092
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas – Art. 315.....	1094
Concussão – Art. 316.....	1095
Ponto relevante para debate	
• O momento e a possibilidade do cabimento da prisão em flagrante nos delitos de concussão .....	1097
Corrupção passiva – Art. 317 .....	1098
Pontos relevantes para debate	
• A ausência de menção à expressão <i>ato de ofício</i> .....	1101
• A cifra negra da corrupção .....	1101
Facilitação de contrabando ou descaminho – Art. 318.....	1102
Prevaricação – Art. 319 .....	1103
Prevaricação em presídio – Art. 319-A .....	1104
Condescendência criminosa – Art. 320 .....	1107
Advocacia administrativa – Art. 321 .....	1108
Violência arbitrária – Art. 322.....	1110
Abandono de função – Art. 323 .....	1111
Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado – Art. 324.....	1113
Violação de sigilo funcional – Art. 325 .....	1115
Violação do sigilo de proposta de concorrência – Art. 326.....	1117
Funcionário público – Art. 327 .....	1117
Pontos relevantes para debate	
• O conceito de entidade paraestatal.....	1118
• A possibilidade de o conceito de funcionário público, previsto no art. 327, servir aos sujeitos ativo e passivo do crime .....	1119

Capítulo II  
DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR  
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Usurpação de função pública – Art. 328.....	1121
Resistência – Art. 329 .....	1123

Ponto relevante para debate	
• O concurso entre os crimes de resistência e roubo .....	1125
Desobediência – Art. 330 .....	1125
Ponto relevante para debate	
• O sigilo médico e o afastamento da configuração do crime de desobediência, caso o profissional se recuse a colaborar com o Poder Judiciário.....	1129
Desacato – Art. 331 .....	1129
Tráfico de influência – Art. 332.....	1132
Corrupção ativa – Art. 333.....	1133
Ponto relevante para debate	
• A questão referente à conduta <i>dar</i> .....	1135
Descaminho – Art. 334.....	1135
Contrabando – Art. 334-A.....	1139
Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência – Art. 335.....	1143
Inutilização de edital ou de sinal – Art. 336 .....	1143
Subtração ou inutilização de livro ou documento – Art. 337.....	1145
Sonegação de contribuição previdenciária – Art. 337-A .....	1146

#### Capítulo II-A

#### DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

Corrupção ativa em transação comercial internacional – Art. 337-B.....	1151
Tráfico de influência em transação comercial internacional – Art. 337-C.....	1153
Funcionário público estrangeiro – Art. 337-D.....	1155

#### Capítulo III

#### DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Reingresso de estrangeiro expulso – Art. 338.....	1157
Denúncia caluniosa – Art. 339 .....	1159
Ponto relevante para debate	
• A avaliação do direito à autodefesa em confronto com a denúncia caluniosa ....	1161
Comunicação falsa de crime ou de contravenção – Art. 340 .....	1162
Autoacusação falsa – Art. 341.....	1164
Ponto relevante para debate	
• A questão de o réu ter o amplo direito de mentir para se defender.....	1165
Falso testemunho ou falsa perícia – Art. 342.....	1165
Pontos relevantes para debate	
• A questão da configuração do crime de falso testemunho e a indispensabilidade de se tomar o compromisso de dizer a verdade .....	1168
• O concurso de pessoas no crime de falso .....	1170
Suborno – Art. 343.....	1171
Coação no curso do processo – Art. 344.....	1173

Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 345 .....	1174
Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 346 .....	1176
Fraude processual – Art. 347 .....	1177
Favorecimento pessoal – Art. 348 .....	1179
Favorecimento real – Art. 349 .....	1181
Favorecimento real em presídio – Art. 349-A .....	1182
Exercício arbitrário ou abuso de poder – Art. 350.....	1184
Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança – Art. 351.....	1185
Evasão mediante violência contra pessoa – Art. 352.....	1187
Arrebatamento de preso – Art. 353 .....	1188
Motim de presos – Art. 354 .....	1189
Patrocínio infiel. Patrocínio simultâneo ou tergiversação – Art. 355 .....	1191
Sonegação de papel ou objeto de valor probatório – Art. 356.....	1192
Exploração de prestígio – Art. 357.....	1194
Violência ou fraude em arrematação judicial – Art. 358 .....	1195
Desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito – Art. 359.....	1197

#### Capítulo IV

#### DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

Contratação de operação de crédito – Art. 359-A .....	1201
Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar – Art. 359-B .....	1203
Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-C .....	1205
Ordenação de despesa não autorizada – Art. 359-D .....	1207
Prestação de garantia graciosa – Art. 359-E .....	1208
Não cancelamento de restos a pagar – Art. 359-F.....	1210
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-G .....	1211
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado – Art. 359-H.....	1214
 BIBLIOGRAFIA .....	 1217
OBRAS DO AUTOR.....	1255